

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O Grupo Parlamentar do PCP teve conhecimento de um comunicado do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses publicado no sitio eletrónico sob o título “Ministério da Saúde não resolve e cria mais problemas”.

No corpo do comunicado é referido que o Ministério da Saúde “Protela o suplemento aos enfermeiros especialistas”. Ou seja, o Governo “já devia ter criado condições para que este Suplemento fosse pago em janeiro”, mas tal não sucedeu.

É também mencionado que não está a autorizar a contratação de enfermeiros que os vários hospitais e centros hospitalares solicitaram para fazer face à grave carência destes profissionais e que será agravada com a saída de enfermeiros dos hospitais para os cuidados de saúde primários por via do concurso publico. Segundo as informações veiculadas pelo SEP só no Centro Hospitalar Universitário do Algarve (CHUA) saíram, por concurso público, a 1 de fevereiro 40 enfermeiros. Situação que está a provocar enormes constrangimentos ao nível do funcionamento.

O PCP sabe que situação idêntica ocorrerá no início de março no Centro Hospitalar de Lisboa Norte e poderá pôr em causa o funcionamento de vários serviços.

O comunicado alude também que persiste a não autorização para substituição de enfermeiros com ausências prolongadas, assim como não foram, no âmbito do plano de contingência, admitidos os enfermeiros necessários. A que acresce o facto de no Centro Hospitalar Gaia/Espinho uma dúzia de enfermeiros que foram contratados em janeiro ao abrigo do referido plano terem recebido carta de despedimento com efeitos já neste mês.

Ainda no que toca à abertura de procedimentos concursais, a estrutura representativa dos trabalhadores informa que não foi “publicado o Despacho, acordado com o SEP em 2017, para abertura de Concursos de Admissão de enfermeiros para os Hospitais que não são EPEs”.

O documento aludido faz menção aos cuidados de saúde primários, sendo afirmado que do “Concurso Nacional para Centros de Saúde (ARSs) para 774 Enfermeiros” existem “ Dezenas de enfermeiros não estão a comparecer nos Centros de Saúde para iniciar funções”, pelo que o sindicato não compreende que o “Ministério da Saúde não pretenda ocupar as vagas libertas por estes colegas”, sendo dado como exemplo as “30 vagas adstritas à ARS Alentejo, 22 foram ocupadas estando 8 em risco de não serem ocupadas”.

As informações vertidas neste comunicado são da maior gravidade e exige-se do Governo a tomada de medidas urgentes tendentes a responder de forma cabal aos problemas elencados de forma a dar condições de trabalho aos profissionais, melhorar a prestação de cuidados de saúde à população e reforçar o Serviço Nacional de Saúde.

Assim, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, solicitamos ao Governo que, por intermédio do Ministério da Saúde, nos sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Por que razão não foi pago o suplemento no mês de janeiro aos enfermeiros especialistas?
2. Quando é que o suplemento vai começar a ser pago?
3. Por que razão não estão a ser autorizados os procedimentos concursias solicitados pelos hospitais e centros hospitalares para fazer face à saída de enfermeiros, por concurso público, para os cuidados de saúde primários?
4. Por que razão não estão a ser autorizadas as substituições dos enfermeiros que se encontram em ausência prolongada?
5. Quantos enfermeiros foram contratados ao abrigo do plano de contingência?
6. Por que razão ainda não foi publicado o procedimento concursal para a abertura de concursos de admissão de enfermeiros para os Hospitais que não são EPEs?
7. Por que razão não estão a ser a preenchidas as vagas não ocupadas, no âmbito do concurso para a contratação de 774 enfermeiro, nos cuidados de saúde primários?

Palácio de São Bento, 14 de fevereiro de 2018

Deputado(a)s

CARLA CRUZ(PCP)

JOÃO RAMOS(PCP)

PAULA SANTOS(PCP)